

POLÍTICAS E AÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO NO ÂMBITO DO PLANO DECENAL DE EDUCAÇÃO PARA TODOS

Regina de Assis*

Paradoxos e horizontes da educação pública de 1º grau no Rio

Já se disse que as grandes idéias vêm ao mundo mansamente, como pombas. Talvez, então, se ou-irmos com atenção, escutaremos, em meio ao es-trépito de impérios e nações, um discreto bater de asas, o suave acordar da vida e da esperança.

Esta esperança à qual se refere Albert Camus, fruto do trabalho de centenas e milhares de pessoas que ousam negar "as fronteiras e as implicações mais cruas da história", retoma o fio de meadas que se enovelam criando nós cegos difíceis de desatar. Mas o resultado da existência da esperança faz com que brilhe "por um breve momento a verdade, sempre ameaçada, de que cada e toda pessoa sobre a base de seus próprios sofrimentos e alegrias constrói para todos".

Uma administração municipal como a do Rio que vive o breve momento de uma gestão de quatro anos, pode no entanto, dar vida à esperança de que num trabalho conjunto se faça frente,

* Secretária Municipal de Educação do Rio de Janeiro.

se orientem e articulem os caminhos de uma política para a cidade. E nesta direção, em consonância com o Plano Decenal de Educação para Todos, as esperanças ficam redobradas, pois após décadas de abandono, a educação pública de 1º grau poderá sobrepor-se aos interesses menores de políticas partidárias, para configurar-se numa política de educação pública para o país, estados e municípios. Isto suporá mudanças drásticas em relação ao financiamento da educação de 1º grau, atribuindo aos municípios verbas, sem impedimentos colocados pela intermediação dos estados, para que o desperdício e os desvios cessem, e as Secretarias Municipais de Educação possam cumprir seus deveres constitucionais.

Ao final do milênio, nossa São Sebastião do Rio de Janeiro se debate com o ônus de ser a segunda megametrópole do país. Primeiro paradoxo: ser ainda a Cidade Maravilhosa e ter um pesado volume de problemas, sempre mais complexos, à medida que políticas públicas não se redefinem, desde o nível federal ao municipal, passando, certamente, pelo estadual.

No âmago do 1º paradoxo, uma das questões essenciais, a da educação municipal de 1º grau do Rio, brilha com a contradição de que esta é a única rede de 1.033 escolas do país, mantida inteiramente com verbas municipais, apoiada pelo Ministério da Educação e do Desporto (MEC), através da Fundação de Assistência ao Educando (FAE) e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) o que representa um enorme desafio em relação à continuidade e aperfeiçoamento deste serviço público indispensável à vida cidadã.

O estado do Rio de Janeiro há 10 anos deixou de repassar as

verbas relativas ao Salário Educação para o município, o que nos últimos quatro anos representa um total de US\$ 100 milhões. Os reflexos negativos desta política são extremamente danosos e perversos à manutenção da maior rede de ensino de 1º grau do país.

No Rio as prescrições constitucionais de 1988 são seguidas à risca, e a Secretaria Municipal de Educação é, rigorosamente, responsável pela universalização no atendimento ao ensino de 1º grau, desde a 1ª à 8ª série, além de responder por uma pequena rede de Educação Infantil para crianças dos quatro aos seis anos e outra para crianças com deficiências múltiplas, o que também atende aos preceitos constitucionais e às propostas do Plano Decenal de Educação para Todos.

Votar as Leis Complementares à Constituição, como a de Diretrizes e Bases da Educação, definir as questões tributárias e rever preceitos legais, orçamentários e administrativos em todas as esferas de governo responsáveis pela educação pública de 1ª grau é necessidade inquestionável.

No entanto, o tempo, breve tempo, de dois anos e meio que nos resta, leva-nos a propor a toda a equipe da Prefeitura, com o apoio e o ânimo constante do prefeito César Maia, uma reflexão sobre nosso trabalho e os caminhos possíveis de ações conjuntas.

Mais paradoxos

Ao assumir a gestão da Secretaria Municipal de Educação constatamos, dolorosamente, a inexistência de bancos de dados e de

um processo interligado através de informatização entre o Órgão Central, os então Distritos de Educação e Cultura (DECs) e as Unidades Escolares (UEs).

Isto significou um insano trabalho inicial de rastrear a falta real de professores em sala de aula, da ordem de 7.000 em fevereiro de 93, a situação concreta sobre obras em escolas, cerca de 300 necessitando médias e grandes obras, a apuração criteriosa da demanda por matrículas, por região e por nível de ensino, o enfrentamento do cartel de fornecedores da merenda escolar e a dimensão de seus tentáculos muitas vezes paralisante.

Descobrimos também que cerca de 5.000 alunos de 5ª a 8ª série computavam 11.800 lacunas em seu histórico escolar, ou seja, em algum momento deixaram de ter um semestre ou todo um ano letivo de determinada disciplina, e por isso estavam impedidos, entre outros percalços, de receber seu Certificado de Conclusão de 1º Grau. Este problema tem se agravado pela maior demanda por matrícula, e falta residual de professores especialmente nas disciplinas de Matemática, História, Geografia e Ciências.

Agregados a estes alunos, já conhecíamos a existência de cerca de 18.000 alunos repetentes na 1ª série com mais de dez anos de idade.

Uma verdadeira teia de problemas agravados consideravelmente pelos baixos salários, um plano de carreira que privilegia tempo de serviço, mas não o investimento que o profissional faça em seu aperfeiçoamento pedagógico, a máquina pesada do

Órgão Central e dos Distritos de Educação e Cultura (DECs), muitas vezes dissociados da força vital ainda existente na grande maioria das escolas.

Os paradoxos afirmavam a cada passo o anacronismo do sistema, mas constatavam a resistência e a força de recriar e reinventar de vários segmentos desde o Órgão Central, aos Distritos de Educação e Cultura e Unidades Escolares: profissionais mais antigos ou novos, portadores de uma história desta rede de escolas, que era orgulho de todos e que parecia afogar-se inexoravelmente em problemas insolúveis, aparentemente.

A política educacional que propusemos, desde o início de 1993, supunha a descentralização responsável dos órgãos intermediários da SME, ou seja, as Coordenadorias Regionais de Educação com melhor estrutura, material e recursos humanos mais capazes.

Encontramos grande oposição aos projetos de modernização administrativa, orçamentária e pedagógica, que surgiu e ainda existe por parte de forças supostamente progressistas a favor da educação pública, porém bem mais interessadas na expansão de seus interesses corporativos e político-partidários.

Mas a esperança de levar adiante a política educacional que trouxemos como proposta de ação, desde que assumimos esta responsabilidade junto à SME, alimentou-se todo o tempo da qualidade de trabalho de grande parte dos profissionais desta rede, muitos já com vários anos de carreira, que encontraram na equipe recém-chegada ressonância com seus próprios desejos e experiências. A nova equipe, desde o início, respaldada soli-

damente pela Administração Municipal e apoiada pelas demais secretarias, assessorias, empresas, subprefeitos e administradores regionais passou a alimentar fortemente movimento de transformação pedagógico-administrativo e orçamentário, embora ainda muito pressionada por cobranças de serviços nem sempre exclusivamente afetos à sua área direta de ação.

Dos paradoxos aos horizontes

Para reverter as adversidades, além de buscar redefinição e coesão interna dos órgãos que compõem a Secretaria Municipal de Educação, tomamos medidas envolvendo:

— análise das relações da Secretaria com os Distritos de Educação e Culturas e Unidades Escolares, resultando na criação de nova estrutura para o Órgão Central e para as Coordenadorias Regionais de Educação (CREs), integrados ao Projeto de Política para o Rio do prefeito César Maia, prevendo a descentralização dos órgãos intermediários, segundo as Áreas de Planejamento (APs). As CREs ao contrário dos DECs, além de melhor equipadas e com pessoal mais rigorosamente selecionado e atualizado em serviço, deixam de ser meras repassadoras de normativas e ordens, para recriar, segundo suas peculiaridades e necessidades, a política educacional da SME, resguardada a unidade de ação;

— análise do sistema de gestão democrática e competente das escolas, resultando na criação do Fundo Rotativo de Recursos Financeiros;

- revitalização dos Conselhos Escola-comunidade (CEC);
- redefinição do quantitativo de profissionais por escola, segundo sua dimensão e complexidade;
- criação de critérios de avaliação sobre qualidade da administração escolar, abrangendo aspectos orçamentários, administrativos, de recursos humanos e pedagógicos;
- modificação dos critérios para eleição de diretores;
- a avaliação da qualidade do ensino e dos serviços prestados pela rede executados por duas agências externas: Serviço de Avaliação da Educação Básica (SAEB/INEP/MEC) e Programa Interuniversitário de Demandas Sociais (PRODEMAN/UERJ);
- uma concepção de educação pública que trazida pela atual equipe da SME supõe o reconhecimento de modelos esgotados na própria compreensão do papel da Escola na sociedade democrática e de necessidade de convivência com as contradições da cidade do Rio ao final do século: lugar de cultura, progresso, beleza convivendo com a barbárie, a desorganização e a violência;

A resposta a estas questões surge através da Proposta MultiEducação/MultiRio que parte da convicção de que a educação pública para o 1º grau na megacidade só é viável, com o rompimento de propostas anacrônicas, paralisantes, negadoras. A escola pública, além de conviver com a concepção de uma proposta curricular que garante a unidade na diversidade de situações educacionais, integra apoios indispensáveis da mídia

eletrônica ao trabalho pedagógico pelo uso da TV Interativa, do vídeo, dos computadores e a miríade de universos, de ciência e cultura abertos por eles sintonizando alunos e professores com a história e a contemporaneidade.

Esta concepção educacional opõe-se à outras que propõem a padronização seja arquitetônica ou pedagógica como solução para os complexos e distintos problemas da educação carioca e brasileira.

Além disso o problema dos alunos de 5ª a 8ª série ao qual aludimos no início do texto, e que se agrava com a falta residual de professores nas áreas de Matemática, Geografia, História e Ciências só será resolvido com o funcionamento da MultiRio e novas estratégias de ensino. Estas estratégias supõem menos professores, trabalhando através da televisão interativa, utilizando vídeos, e futuramente, computadores com periféricos, apoiados em sala de aula por estagiários interagindo com seus alunos.

A escola verdadeiramente pública nega sua auto-suficiência e precisa buscar as parcerias para atividades extraclasse como nossos Clubes Escolares, Núcleos de Arte e Oficinas de Iniciação ao Trabalho que junto às Subprefeituras e Administrações Regionais chegam à sociedade através de esportistas, artistas, empresários e organizações dispostas ao trabalho cidadão de aperfeiçoamento dos serviços públicos.

Encaminhando uma conclusão

Nesta perspectiva, é muito importante integrar os compromissos de nossa educação pública de 1º grau com a proposta do

Plano Decenal de Educação preconizado pelo MEC e UNESCO para os nove países mais populosos do mundo, entre os quais nos encontramos. Desta forma, visamos à continuidade das políticas educacionais que respondem aos desejos e necessidades da população e dos profissionais envolvidos nesta indispensável ação democrática.

Esses compromissos impõem novos diagnósticos e projeções para os próximos anos visando atendimentos educacionais indispensáveis.

Entre esses compromissos indicam-se também parcerias entre a SME e todos os órgãos da Prefeitura visando à solução de problemas emergenciais e a soluções de médio e longo prazos para questões relativas à Informatização, Modos de Comunicação, Plano de Cargos e Salários, Sistema de Aposentadoria, Reengenharia dos procedimentos burocráticos para citar alguns.

Concluindo, diremos com os membros de nossa equipe de educadores que para que tenhamos "salas de aula do tamanho do mundo", as escolas do Rio precisam ser entendidas como lugares múltiplos, onde conhecimento e valores são constituídos dinamicamente, e onde o público, na sua melhor expressão, pode e deve ser retomado como responsabilidade de todos os que estamos do lado da vida e da reumanização democrática da sociedade carioca.

Um instrumento de ação usado, desde o início, para facilitar o diagnóstico e a transformação das estruturas e culturas instaladas, tem sido o contato direto e o diálogo constante com vários segmentos do campo de trabalho: profissionais docentes,

administrativo e de apoio mais experientes ou não, o Sindicato que os representa, grupos de pais e associações de moradores, vereadores, deputados estaduais e federais, a academia representada pelas universidades e centros de pesquisa, a população como um todo, a imprensa e nossos alunos.

Outro poderoso instrumento de ação eficaz e duradoura foi a reorganização das secretarias, assessorias e empresas da Prefeitura por Macrofunções.

A equipe de políticas sociais é, neste sentido, uma força que pode contribuir definitivamente para a consolidação de uma verdadeira política para a cidade do Rio. Esta equipe, coordenada pela Secretaria Municipal de Educação, é composta pelas Secretarias de Saúde, Desenvolvimento Social, Cultura, Habitação e Lazer e Esportes. Através de um trabalho articulado com a Comissão Estadual Coordenadora do Plano Decenal de Educação para Todos do Estado do Rio de Janeiro, elaboramos, de maneira criteriosa e amplamente integradora das opiniões e parcerias de todos os que compõem nossa rede de escolas municipais, a síntese compatibilizada de ações comuns. É auspicioso observar que a política educacional que propusemos ao município do Rio responde, e em alguns momentos, aponta sugestões específicas para a melhoria e continuidade de propostas que sobrevivam ao tempo e às políticas partidárias. Assim, se fará justiça aos profissionais de educação, que só desejam ver respeitados para crianças e adolescentes brasileiros o direito de acesso, permanência e êxito ao ensino de 1º grau, condição inalienável para a introdução ao exercício pleno de uma vida cidadã mais justa e feliz.

ANEXOS

DADOS GERAIS POR COORDENADORIAS REGIONAIS DE EDUCAÇÃO

CRE	NÚMERO DE ESCOLAS TURMAS		NÚMERO DE ALUNOS	P.I		PROFESSORES P.II	
				NORMAL	DUPLO	NORMAL	DUPLO
1ª	53	1.044	30.764	653	106	656	176
2ª	117	2.235	65.270	1.720	134	1.427	269
3ª	103	2.129	64.297	1.271	263	1.435	283
4ª	134	3.054	96.691	1.474	443	1.948	460
5ª	103	2.319	74.143	1.232	522	1.416	238
6ª	77	1.534	48.747	719	257	993	158
7ª	106	2.257	69.901	1.232	384	1.364	316
8ª	145	3.115	98.944	1.584	458	2.079	487
9ª	100	2.076	67.157	1.241	217	1.639	264
10ª	95	1.743	56.029	573	303	879	356
TOTAL	1.033	21.506	671.943	11.700	3.087	13.836	3.007

OBSERVAÇÕES:

1. O QUANTITATIVO DE PROFESSORES I, II E ESPECIALISTAS DE EDUCAÇÃO SE REFEREM AOS DADOS DE JUNHO/94
2. O QUANTITATIVO DE ALUNOS SE REFERE AO MÊS DE ABRIL/94

DISTRIBUIÇÃO DAS UNIDADES ESCOLARES

CRE	ESCOLA CONVENCIONAL	CIEPs	CASAS DA CRIANÇA	PROJETOS ESCOLAS ESPECIAIS	TOTAL
1ª	44	7	1	1 (Projeto)	53
2ª	104	10	2	2 (Especiais)	117
3ª	92	5	5	1 (Especial)	103
4ª	117	16	-	1 (Especial)	134
5ª	97	4	1	1 (Especial)	103
6ª	61	10	6	-	77
7ª	93	12	1	-	106
8ª	124	16	3	2 (Especiais)	145
9ª	82	12	5	1 (Especial)	100
10ª	73	13	7	1 (Especial)	95
TOTAL	887	105	31	10	1.033

COORDENADORIAS REGIONAIS DE EDUCAÇÃO

CHE	AP	RA»	ÁREAS ABRANGENTES	TOTAL DE UUEE
1ª	1	I - II - III	PÇAMAUÁ - CAMBOÁ - STO.CRISTO - CAJÚ - CENTRO - CIDADE NOVA - B. DE FÁTIMA - ESTÁCIO - RIO COMPRIDO - CATUMBI - S.CRISTOVÃO - MANGEIRA - BENFICA - RAQUETÁ - STA TERESA	63
2ª	2	IV - V - VI	GLÓRIA - FLAMENGO - LARANJEIRAS - CATETE - COSME VELHO - BOTAFOGO - HUMAITÁ - URCA - PRAIA VERMAELHA - LEME - COPACABANA - IPANEMA - VIDIGAL - SÃO CONRARO - ROCINHA -	117
3ª	3.1.	XII -XIII -XXVIII XXIX	HIGIENÓPOLIS - BENFICA - ROCHA - RIACHUELO - DEL CASTILHO - INHAÚMA - ENC. DA RAINHA - TOMAS COELHO - BONSUCESSO - ROCHA - SAMPAIO - JACARÉ - LINS - MEIER - CACHAMBI - TODOS OS SANTOS - ENG. DE DENTRO - ÁGUA SANTA - ENCANTADO - ABOUCÃO - PIEDADE - PILARES - JACAREZINHO - COMPLEXO DO ALEMÃO	103
4ª	3.2	X - XI - XX - XXX	BONSUCESSO - RAMOS - OLARIA - MANGUINHOS - PENHA CIRCULAR - BRÁS DE PINA - VILA DA PENHA - CORDOVIL - PARADA DE LUCAS - VIGÁRIO GERAL - JARDIM AMÉRICA - ILHA DO GOVERNADOR - ILHAO DO FUNDÃO - COMPLEXO DA MARE	134
5ª	3.3.	XIV - XV	V. DE CARVALHO - VILA COSMOS - VILA DA PENHA - IRAJA - VISTA ALEGRE - VAZ LOBO - COLÉGIO - MALHERMES - R.MIRANDA - HONÓRIO GUR-GEL - OSVALDO CRUZ - BENTO RIBEIRO - GUADALUPE - MADUREIRA - CAMPINHO - QUINTINHO - PIEDADE - CAVALCANTI - CASCADURA - TURIQUÊ	103
6ª	3.3	XXII - XXV	PADRE ANCHIETA - ANCHIETA - RICARDO DE ALBUQUERQUE - GUADALUPE - COELHO NETO - HONÓRIO GURGEL - ACARÍ - IRAJÁ - COSTA BARROS - PAVUNA - PARQUE COLUMBIA - FAZENDA BOTAFOGO	77
7ª	4	XVI - XXIV	JACAREPAGUÁ - TAQUARA - CIDADE DE DEUS - FREGUESIA - RIO DAS PEDARAS - TANQUE - CURICICÁ - PECHINCHA - PRAÇA SECA - VILA VALQUEIRE - BARRA DA TIJUCA - ITANHANGÁ - VARGEM PEQUENA - VARGEM GRANDE - RECREIO DOS BANDEIRANTES	106
8ª	6	XVII	GUADALUPE - DEODORO - PADRE MIGUEL - GUILHERME DA SILVEIRA - BANGÚ - SENADOR CAMARA - BAIRRO JABOUR - SANTÍSSIMO - VILA KENNEDY - RELAENGO VILA MILITAR - SULACAP - MARECHAL HERMES - JARDIM SULACAP - MAGALHÃES BASTOS	145
9ª	6	XVIII	CAMPO GRANDE - INHOAÍBA - COSMOS - JARDIM GUARARAPES - SENADOR VASCONCELOS - SANTÍSSIMO - AUGUSTO DE VASCONCELOS	100
10ª	6	XIX - XXVI	STA.CRUZ - PACIÊNCIA - SEPETIBA - COSMO - S.FERNANDO - GUARATIBA - C.GRANDE - ILHA DE GUARATIBA - B DE GUARATIBA - J.MARAVILHA	94

REDE FÍSICA

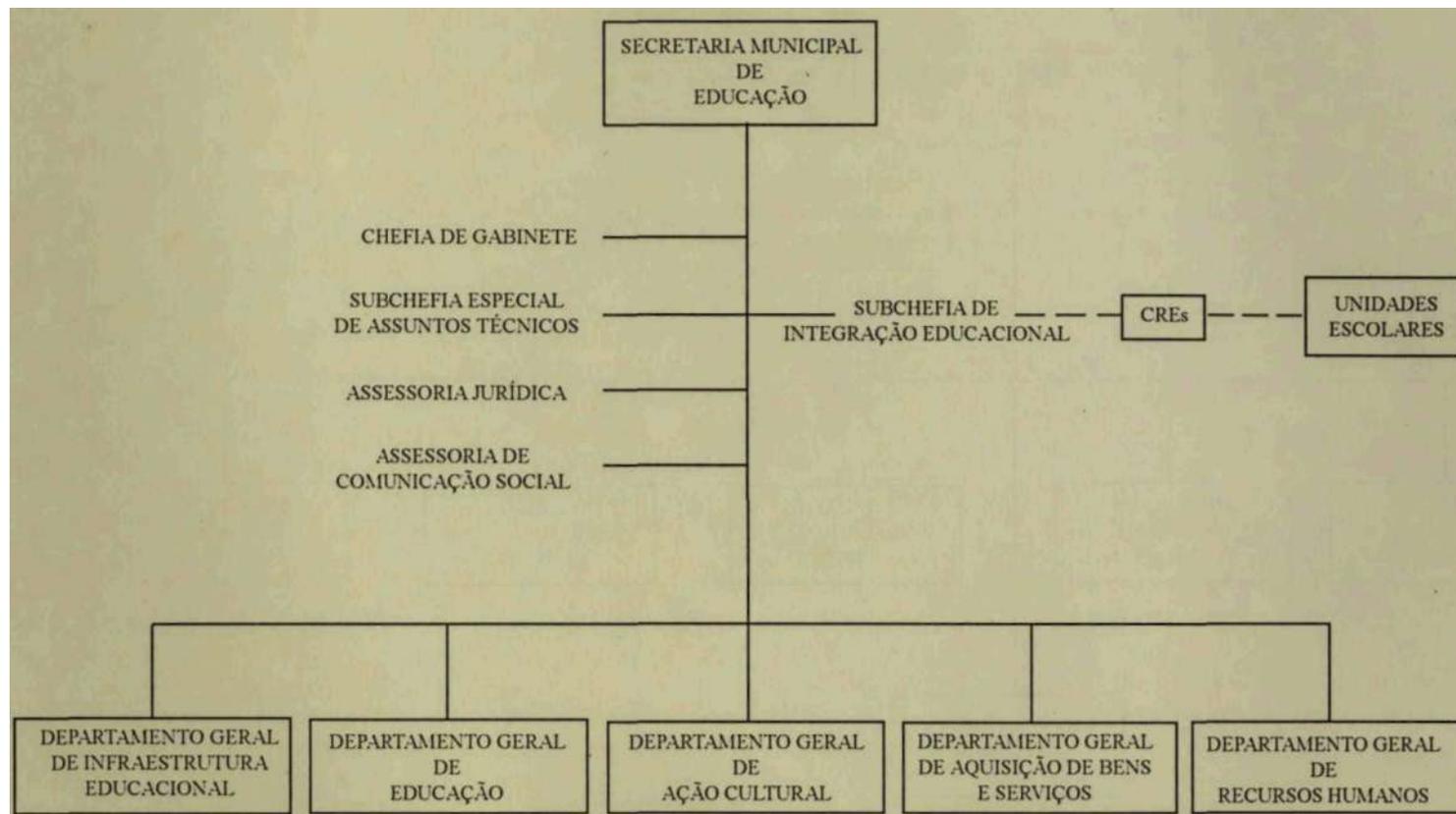
NÚMERO DE UNIDADES ESCOLARES	
ESCOLAS CONVENCIONAIS	300
CIEP»	106
CASA DA CRIANÇA	81
CENTRO VOCACIONAL TIA CIATA	1
TOTAL GERAL	1.033

NUMERO DE ESCOLAS POR SEGMENTO	
J. I. ISOLADO	23
CASA DA CRIANÇA	81
ESCOLAS ESPECIAIS ISOLADAS	9
CENTRO VOCACIONAL TIA CIATA	1
1º SEGMENTO (J. I. A 4ª SÉRIE)	557
2º SEGMENTO (5ª A 6ª SÉRIE)	82
1ª E 2ª SEGMENTO	827
TOTAL	1.030

Distribuição Espacial - CREs Matrícula- 1994



SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ORGANOGRAMA



COORDENADORIAS REGIONAIS DE EDUCAÇÃO ORGANOGRAMA

